

Escrever História

Immanuel Wallerstein

O problema de escrever história revela-se no próprio título do Colóquio, de que existem versões em três línguas. Em inglês é “[re]construir o Passado”. Esta versão indica a ambivalência entre construção e reconstrução, com a última a encaixar melhor do que a primeira num conceito evolucionário e cumulativo do saber. Em francês o título é “Le Passé Composé”. Aqui não há reconstrução, mas o título permite uma alusão à sintaxe gramatical e refere-se ao tempo verbal que denota um passado, continuando para dentro do presente, mas ainda não totalmente completo. Em francês esta forma distingue-se do Preterite, a que algumas vezes se chama “Le Passé Historique”. Na conversação de todos os dias usa-se normalmente o “passé composé”. Finalmente em holandês/flamengo o título é “Het Verleden als Instrument”, um título muitíssimo mais estruturalista do que os outros. Não sei se os organizadores premeditaram deliberadamente esta ambiguidade. Mas é difícil falar de história, especialmente nos nossos dias, sem ambiguidade.

Permitam-me levantar mais uma ambiguidade ainda. Em inglês, “story” (“estória”, conto) e “history” (história, saber histórico) são palavras distintas e pensa-se que a distinção é não só clara, mas crucial. Porém, em francês e em holandês, “histoire” e “geschiedenis” podem ter ambas as conotações. Será a distinção menos clara nestas tradições linguísticas? Hesito em dar uma resposta. Noto que os organizadores nos encarregaram colectivamente, pelo menos na versão em língua inglesa da apresentação, da tarefa de levar a cabo “uma reflexão em larga escala sobre a utilidade e as desvantagens da história para a vida”. Parece-me ser um ponto de partida acertado, visto reconhecer que aquilo que fazemos pode não ser necessariamente útil; pode ser inútil ou até inconveniente para a vida.

■ IMMANUEL WALLERSTEIN – Universidade de Yale (EUA).

Este artigo reproduz a comunicação apresentada ao Colóquio “History and Legitimation. [Re]constructing the Past” (sessão “Writing History”), realizado em Bruxelas, de 24 a 27 de Fevereiro de 1999.

Tradução de Sacuntala de Miranda.

Um comentário final sobre o título. Diz-se que se trata de um “Colóquio sobre História e Legitimação”. Será a legitimação de qualquer coisa o objectivo instrumental mencionado no título holandês? Deveremos ser muito foucauldianos e presumir que todo o saber é basicamente um exercício de legitimação do poder? Sinto-me tentado a perguntar que outra coisa poderia ser. Mas ocorre-me depois que, se o saber fosse apenas isto, não teria a possibilidade de atingir o seu objectivo com muita eficácia, visto que teria maiores probabilidades de legitimar o poder se as pessoas, isto é, aqueles que consomem o saber produzido pelos historiadores, pensassem que ele possui uma veracidade independente. Daqui se segue, então, que o saber poderia ser grandemente útil aos detentores do poder se fosse tomado como, quando muito, obedecendo apenas parcialmente às intimações do poder. Mas, evidentemente, por outro lado, poderia não lhes ser de todo útil que aparecesse como antagonizando totalmente o poder. Assim, do ponto de vista daqueles que têm o poder, a relação que gostariam de ter com os intelectuais é complexa, mediada e delicada.

Proponho-me discutir o que são, o que podem ser, as linhas divisórias entre quatro tipos de produção de saber: os contos de ficção, a propaganda, o jornalismo e a história, tal como é escrita pelas pessoas a que chamamos historiadores. Depois, gostaria de relacionar isso com o lembrar e o esquecer, com o secretismo e a publicidade, com a defesa e a refutação.

Os contos de ficção são o primeiro produto do saber a que a maioria das pessoas são expostas. Contam-se contos às crianças ou lêem-se-lhes contos. Os pais e outros adultos consideram muito importantes estas mensagens. Os adultos exercem uma considerável censura sobre aquilo que as crianças podem ouvir ou ler. A maioria das pessoas categoriza os contos possíveis ao longo de uma progressão contínua, que vai desde assuntos proibidos a assuntos altamente indesejáveis, a assuntos considerados inocentes, até a contos com uma moral virtuosa. A forma desses contos pode variar, desde aqueles que são ternos e/ou maravilhosos, até aos que são assustadores e/ou excitantes. Frequentemente, avaliamos e reavaliamos o efeito desses contos sobre as crianças e ajustamos o nosso procedimento à luz dessas avaliações. Esses contos são de ficção, na medida em que os adultos que os contam não acreditam que tenha existido na realidade uma pessoa chamada Gata Borracheira e em que o local onde a história se passa não pode ser encontrado num mapa normal. Mas também se considera que o conto diz respeito a uma certa realidade – talvez a existência de adultos maus encarregados de cuidar de crianças, talvez a existência de adultos bons (fadas-madrinhas) que contrariam as acções dos adultos maus, e talvez a realidade da (ou pelo menos a legitimidade da) esperança em situações difíceis.

Será a ficção infantil diferente da ficção que se diz ter por objecto os adultos? Se tomarmos um trabalho de Balzac ou de Dickens, de Dante ou de Cervantes,

de Shakespeare ou de Goethe, apercebemo-nos que cada um deles descreve uma realidade social através de personagens inventados. E avaliamos a qualidade dos seus trabalhos não só pela beleza da linguagem usada ou pelas emoções transmitidas, mas pela forma como o trabalho nos leva a reflectir sobre essa realidade social. Há pessoas que defendem que estes trabalhos de ficção conseguem mais efectivamente levar o leitor a reflectir com cuidado sobre a realidade social descrita do que um trabalho de ciências sociais que analise o mesmo tópico. Talvez o objectivo desse trabalho de ficção fosse a legitimação. Era certamente esta a finalidade das sagas clássicas – da *Ilíada*, ou do *Bhagavad-Gita*. Mas, evidentemente, o objectivo pode, pelo contrário, ser a deslegitimação. Ou talvez o objectivo do autor seja irrelevante, pois o texto pode fugir ao autor e acontecer que as consequências da leitura do trabalho sejam completamente diversas daquelas que o autor desejaria alcançar.

Ora muitos autores negam explicitamente ter esse objectivo social. Poderão dizer que contam um conto para divertir o leitor, para se expressarem ou, na realidade, apenas para ganhar dinheiro. Mas, uma vez mais, o objectivo do autor pode ser irrelevante e nós, os analistas, podemos aparecer a dizer que o trabalho de ficção teve, na realidade, o efeito de legitimar ou deslegitimar, de forçar o leitor à reflexão ou de tornar essa reflexão difícil. Na verdade, estas análises literárias estão constantemente a ser feitas.

Depois, há ainda os trabalhos de ficção que usam personagens históricos, como *Guerra e Paz* de Tolstoy. Hoje, as técnicas televisivas permitem realizar aquilo a que se chama docudramas, em que imagens de noticiário são intermeadas com sequências de ficção. Hoje, muita gente pode de facto adquirir os seus conhecimentos históricos através de novelas ou filmes históricos mais do que através da leitura de trabalhos de historiadores encartados. Haverá alguma maneira de fazer conformar os autores desses trabalhos de ficção quase-histórica com as exigências de uma coisa a que se chama objectividade histórica? Deveríamos desejá-lo? E se esses autores estão a contar a história de uma forma que os historiadores consideram totalmente falsa? Isto não é apenas uma hipótese. Por exemplo, tem havido uma grande controvérsia, pelo menos nos Estados Unidos, a respeito do papel de Oliver Stone, cujos filmes, de acordo com algumas pessoas (mas não com outras), falsificam a história na expectativa de deslegitimar o poder. Ou será antes na expectativa de legitimar o poder com maior subtileza como pretendem alguns?

Quando se fala de propaganda, presume-se que passamos para além da ficção. Mas até que ponto? Geralmente, a propaganda é definida como o fazer declarações que são apresentadas pelo autor como sendo verídicas mas que são consideradas falsas por outras pessoas. Na verdade, em alguns casos, o autor das

declarações sabe que elas são falsas, ou pelo menos exageradas. A propaganda é um exercício de política numa tentativa de influenciar a opinião pública a favor ou contra determinadas políticas. Devemos lembrar que a palavra vem das práticas da Igreja Católica, procurando propagar a fé. Mas é claro que a Igreja acredita que essa fé é verdadeira. Os que não são crentes podem optar por refutar a verdade propagada pela Igreja com as outras verdades, ou ignorar (e portanto tolerar) a sua propagação.

Propaganda política na esfera pública é o termo que usamos para condenar as declarações de alguém do lado contrário. Nos nossos dias, uma figura política nunca diria que está a fazer propaganda. Referir-se-ia às suas próprias declarações de forma mais positiva, dizendo, sem dúvida, que está a apresentar a sua versão da história. Contar a sua versão da história tornou-se uma actividade legítima, no contexto da aceitação generalizada da crença de que, em política, não há verdade absoluta, de que “há duas versões para cada história”. O filme japonês *Rashomon* ilustrava o fenómeno da existência de múltiplas visões do mesmo acontecimento, uma diferente para cada um dos participantes. Mostrava-o tão bem que “Rashomon” se tornou a palavra código para designar esta realidade. Quem quer que tenha trabalhado com declarações públicas de dirigentes políticos sabe bem que a linha divisória não existe só entre uma pessoa como Goebbels, dizendo uma “grande mentira”, e outros dizendo a verdade. Há toda uma série de possibilidades intermédias. Na verdade, recentemente foi inventada na política dos E.U.A. uma palavra para designar essas práticas intermédias. Chama-se-lhe “dar uma volta” às notícias, o que significa explicar o que aconteceu por forma a fazer incidir o máximo de luz favorável sobre quem conta a história ou sobre o grupo que ele representa. Assim, conquanto possamos aceitar que *Guerra e Paz* de Tolstoy não representa totalmente a história objectiva, podemos também achar que as declarações dos porta-vozes oficiais dos dirigentes políticos não são, quanto a este aspecto, significativamente diferentes.

Considera-se que o jornalismo apresenta um valor de veracidade muito mais elevado do que a propaganda. Os jornalistas tendem a definir-se a si próprios como pessoas que recolhem as declarações de vários activistas políticos (e de outros), comparam estas declarações com as dos seus oponentes e depois contam o que pensam que aconteceu de facto, presumivelmente a partir de um ponto de vista mais neutral. Devem, pelo menos em teoria, procurar pontos de vista contraditórios, pesá-los em relação a qualquer documentação que possa existir e compor uma versão independente da realidade. Mas sabemos, é claro, os muitos problemas que existem neste cenário. Alguns jornalistas não são livres de dizer a verdade; outros não são jornalistas honestos. Mesmo excluindo estas duas hipóteses, os jornalistas que são honestos e não estão constrangidos pelas autoridades podem

não ter acesso à informação necessária, problema particularmente agudo com a rapidez e com as limitações de tempo que se prendem com a sua actividade. São obrigados a contar o que aconteceu ontem, e não há 50 ou 500 anos. Isto tem a vantagem real de poderem entrevistar participantes, mas tem a desvantagem da falta de tempo para a aquisição de conhecimentos, para não falar da aquisição de perspectiva.

Assim, à medida que tentamos subir a escada da objectividade, desde os contos de ficção até à propaganda e desta até ao jornalismo, atingimos finalmente o nível dos historiadores, isto é, dessas pessoas que se têm orgulhado, pelo menos desde a chamada revolução historiográfica do século XIX, do facto de seguirem Ranke e de contarem a história “wie es eigentlich gewesen ist”. Para atingir este objectivo, a maioria dos historiadores tem aceite um conjunto de regras que, diz-se, permitirão maximizar a objectividade. Têm procurado basear as suas declarações em dados, o que tende a significar documentos escritos, embora mais recentemente os historiadores se mostrem dispostos a utilizar também outros tipos de dados.

Mas não quaisquer documentos escritos! Os historiadores, pelo menos desde o século XIX, têm estabelecido a distinção entre os chamados documentos primários e os secundários, atribuindo um valor preferencial aos primeiros. O documento primário é aquele que foi escrito por altura do acontecimento em questão. O pressuposto aceite é que estes documentos foram escritos com uma finalidade imediata e não na mira da sua possível descoberta por um historiador, alguns séculos mais tarde. Os documentos primários podem ser difíceis de compreender, porque a linguagem e as alusões contextuais pertencem a um momento passado. Pressupõe-se, portanto, que um historiador competente estará bem imerso no ambiente cultural da época, como resultado da sua formação e de uma considerável pesquisa geral.

Certamente, a confiança nestes documentos primários assegura, no máximo, que os documentos, eles próprios, não tinham a intenção de enganar ou, pelo menos, que só tinham a intenção de enganar outras pessoas que vivessem na mesma época. Sem dúvida, daqui surge toda uma série de problemas. Talvez tivessem, na verdade, a intenção de enganar e o/a historiador/a não o consegue decifrar. Ou, pior ainda, talvez os documentos sejam falsificações, isto é, tenham sido escritos mais tarde e depositados num local de forma a levar os historiadores a acreditar que foram escritos na época. Mas, mesmo depois de considerarmos largamente todos estes casos, permanece a questão da atitude do próprio historiador em relação aos casos concretos que analisa. Irá o/a historiador/a ser parcial nas interpretações dos dados? Aqui, à parte a confiança nas exortações éticas da comunidade dos historiadores, presume-se que há uma verificação estrutural, que é provável que os

historiadores estejam menos envolvidos, emocionalmente, em questões do passado do que em questões do presente. Era este um dos argumentos clássicos usados para restringir a investigação dos historiadores a eras passadas.

Sempre soubemos quão frágeis são todos estes pressupostos. Mas tem havido uma tendência para lidar com a fragilidade usando a negação. Recentemente, grande número de intelectuais tem refutado abertamente a veracidade do saber apresentado pelos historiadores. Alguns deles foram até ao ponto de defender que a veracidade é intrinsecamente impossível, outros defendem apenas que devemos ter muito cuidado com as afirmações que fazemos sobre a veracidade, pois toda a análise implica uma interpretação e esta é colorida pela biografia social e pessoal de quem interpreta e pelas pressões do momento em que a interpretação é feita.

Até agora, tenho levado a cabo uma tarefa fácil. Tenho estado a ilustrar o facto de não existir uma linha simples, rígida e firme que separe a ficção da realidade, a fábula da verdade. A linha que vai dos contos infantis até à história profissional é uma mancha contínua que mistura a realidade com a discussão política e com a fantasia utópica. Intrépido seria o intelectual que empreendesse fazer uma triagem entre historiografia legítima e ilegítima. Mas isto é fácil de mostrar, como disse. Está longe de ser satisfatório, pois todos nós dependemos diariamente de “teste à realidade” nas nossas tentativas individuais de lidar com um mundo muito real. E dependemos da ajuda de outras pessoas para o fazer correctamente. Os historiadores são pessoas de quem se espera que cumpram a tarefa social de tornar plausíveis interpretações da realidade social que todos considerem úteis, não só individual como colectivamente. Para quê maçarmo-nos, se não estamos preparados para nos devotarmos à elaboração dessas interpretações plausíveis, quaisquer que sejam as dificuldades? Temos de assumir o risco.

Chegamos assim à intrincada questão de saber o que é uma interpretação plausível? Existe claramente uma questão de coerência interna, que é a mais fácil de julgar, se não de atingir. Não tenho de estar de acordo, de todo, com a interpretação de outra pessoa a fim de avaliar se a lógica interna do argumento apresentado parece irrepreensível ou muito duvidosa. E eu, pessoalmente, sinto-me livre de não dar mais atenção a argumentos que não são coerentes. Mas isto está longe de ser suficiente. Tenho de sentir também que as perguntas a que a análise responde são perguntas importantes. E tenho a necessidade de sentir que o objecto da análise é a unidade apropriada para a pergunta feita. E, finalmente, preciso de sentir que não foram omitidos da análise factores significativos. Não há, contudo, critérios simples, com que a maioria dos historiadores e outras pessoas estejam largamente de acordo, sobre o que são questões importantes, sobre qual é a unidade de análise apropriada a dada questão e quais são os factores significativos. Estas são todas, em certo sentido, decisões *a priori*.

Em relação a decisões *a priori*, podemos fazer uma de duas coisas. Podemos dizer que é impossível escolher entre elas, que reflectem opções filosóficas ou políticas básicas em relação às quais só podemos concordar ou discordar. Ou podemos tentar comunicar e discutir saltando por cima destas discussões filosóficas e/ou políticas, analisando as funções *a priori* em função daquilo a que Marx chamou “racionalidade material” (Rationalität materiel). O que pode significar, para nós, análises que tanto pareçam conter um mais alto grau de variação em relação a questões empíricas, como procurar focar as principais questões filosóficas/políticas dos nossos dias. Talvez isto apenas faça recuar a impossível linha divisória para um nível anterior – o de uma discussão sobre a plausibilidade da interpretação de algumas questões limitadas para uma discussão sobre quais são as principais questões filosófico/políticas do nosso tempo. Mas, se assim for, será pelo menos um passo que clarificará a discussão subjacente e permitirá que mais alguém, além dos historiadores profissionais, possa entrar nelas.

Vejamos, por exemplo, a questão da memória. Nestes últimos anos tem havido muitas discussões sobre a memória, sobre aquilo que lembramos e devemos lembrar, e sobre aquilo que queremos e devemos esquecer. É óbvio de que se trata aqui de decisões sociais, que constantemente são tomadas colectivamente. Mais, estas decisões nunca são permanentes. Mesmo quando, em dado momento, decidimos que devemos lembrar colectivamente uma realidade passada, trinta anos mais tarde é muito possível que prefiramos esquecer essa mesma realidade. Mas então por que será que estamos actualmente a escolher tanto a memória como tema de discussão? É porque somos, muito obviamente, impelidos a isso por acontecimentos históricos recentes. O tema foi abordado primeiramente a propósito da exterminação sistemática dos judeus europeus pelos nazis, a que acabou por chamar-se o Holocausto. Tem-se defendido que é de importância vital não esquecer o que aconteceu, para que não volte a acontecer o mesmo, e que, portanto, os historiadores devem escrever sobre este tema e ensinar a sua história. Este ponto de vista do papel dos historiadores na criação e preservação da memória colectiva difundiu-se rapidamente. Os arménios têm defendido que se aplica também à exterminação dos arménios na Turquia, em 1915. Tenho no meu escritório um poster feito na Argentina, pouco tempo depois da expulsão dos militares que diz em letras grandes “Nunca mais”, e denuncia os desaparecimentos, as torturas, o medo, as humilhações, a miséria material e moral, as mentiras, a censura e o silêncio. Acima de tudo, o silêncio. E sabemos como a comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa reabriu a questão da memória correcta em França. Finalmente, sabemos quanta discussão tem havido na Europa de Leste/Central e na antiga União Soviética em torno do que é útil e do que não convém lembrar.

Em Outubro de 1998, na África do Sul, foi publicado um relatório em cinco volumes, apresentado por uma comissão chamada Comissão para a Verdade e Reconciliação (TRC). Esta comissão, presidida pelo Arcebispo Desmond Tutu, foi constituída pelo governo post-apartheid e encarregada de esclarecer a verdade sobre as violações dos direitos humanos no período entre 1960-1994. Tomaram a decisão de ligar três questões: verdade, reconciliação e amnistia. A fim de chegar à “verdade”, ofereciam a concessão da amnistia a crimes praticados por quem relatasse, em pormenor e publicamente, os crimes que tivesse cometido.

Declararam¹ que achavam muito complexo o conceito de verdade e que propunham quatro noções de verdade: verdade factual ou comprovada, verdade pessoal ou narrativa, verdade social ou dialógica e verdade curativa ou restauradora. A verdade factual, tal como a definiam, era mais ou menos aquilo a que os positivistas chamariam verdade – “prova factual, comprovada,... obtenção de informação correcta por processos fiáveis (imparciais, objectivos)...” Diziam que as suas descobertas, a este nível, serviam para “reduzir o número de mentiras que podem circular, sem ser desmentidas, no discurso público” e que isto era socialmente útil. Por verdade pessoal entendiam a verdade das vítimas que relatavam as suas histórias. Estas histórias eram “visões da dor” e criavam uma espécie de “verdade narrativa”. Eram actos de restauração da memória.

A verdade social era, contudo, a que estava mais próxima do objectivo da Comissão, diziam eles. Através da interacção e do debate, a Comissão procurava “transcender as divisões do passado ouvindo cuidadosamente as complexas motivações e perspectivas de todos os participantes”. Isto era considerado como “uma base para a afirmação da dignidade e da integridade humanas”. Finalmente, a verdade curativa é “o tipo de verdade que coloca os factos e o que estes significam dentro do contexto das relações humanas – tanto entre concidadãos como entre o Estado e os seus cidadãos”. Foi por esta razão que a Comissão insistiu, não apenas no conhecimento, mas no reconhecimento. O “reconhecimento é a afirmação de que a dor de alguém é real e merecedora de atenção. É, portanto, central à restauração da dignidade das vítimas”.

O relatório da Comissão, em si, será história, ou apenas um documento a ser usado pelos historiadores, com todas as suas precauções habituais? Esta é uma interrogação que os historiadores – mas não apenas estes – terão de fazer a si próprios. As quatro categorias de verdade usadas pela Comissão são, de facto, uma modificação das quatro categorias da verdade apresentadas pelo juiz Albie Sachs do Tribunal Constitucional da África do Sul. Sachs não é historiador, mas jurista.

¹ *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, Cidade do Cabo, Comissão para a Verdade e a Reconciliação, 1998, I, pp. 110-114.

É também um militante do Congresso Nacional Africano, que perdeu um braço num ataque à bomba perpetrado por agentes do regime apartheid. Portanto, é também uma vítima. Sachs afirma a sua perplexidade “como advogado e juiz” face à verdade². Chama à verdade factual “verdade microscópica”, e faz notar que esta é, normalmente, a preocupação fundamental de um tribunal: “se uma certa pessoa é culpada de, ilegítima e premeditadamente, matar outra, em dada altura e de determinada forma”. É a verdade pormenorizada, focada. À segunda verdade chama-lhe “verdade lógica” – “a verdade generalizada das proposições, a lógica inerente a certas declarações... a que se chegou através de processos dedutivos e inferenciais...”. Sachs enunciou aqui uma distinção entre verdade ideográfica e verdade nomotética, que de há muito é objecto de um *Methodenstreit* entre cientistas sociais.

A terceira verdade de Sachs é a “verdade experiencial”, que parece estar próxima da “verdade pessoal ou narrativa” da Comissão, mas não é exactamente o mesmo. Sachs diz que tirou esse nome do livro de Mohandas Gandhi, *My Experiments with Truth (As Minhas Experiências com a Verdade)*. Sachs diz que veio a aperceber-se de que Gandhi não experimentava no mesmo sentido em que o faz o cientista de laboratório, mas que “se experimentava a si próprio e não a uma ideia do mundo, exterior a si”. Era um esforço para olhar objectivamente a sua própria experiência subjectiva, “de uma forma verdadeiramente despreconceituosa”. Sachs diz que os tribunais não querem ouvir falar deste tipo de verdade. Ela “embaraça-os”. Deverá embaraçar também os historiadores?

E, finalmente, Sachs fala de verdade dialógica, um conceito seu, que a Comissão adoptou. Incorpora elementos da verdade microscópica, experiencial e lógica, “mas pressupõe e desenvolve-se a partir da ideia de uma comunidade com muitas vozes e múltiplas perspectivas. No caso da África do Sul, não existe uma forma correcta única de descrever como tiveram lugar as enormes violações dos direitos humanos, não existe um narrador único que possa arrogar-se de ter uma perspectiva definitiva e certa”. Aqui, põe-se em causa a historiografia rankiana. Mas note-se que não se trata de uma sugestão post-modernistas de que a verdade objectiva não existe. É antes a sugestão de que o caminho para essa verdade passa por um diálogo intenso e frequentemente muito emocional, temperado pelo peinar cuidadoso da documentação, a fim de se chegar a uma versão da verdade multi-vocal e de perspectiva múltipla.

Lembrar e esquecer, guardar segredos ou expô-los à vista do público, é defender e refutar. É uma decisão científica e intelectual. É uma decisão política. É

² Juiz Albie Sachs, “Fourth DT Lakdawala Memorial Lecture”, Institute of Social Sciences, Nerhu Memorial Museum and Library Auditorium, Nova Deli, entregue a 18 de Outubro de 1998, esp. pp. 9-11.

uma decisão moral. E não chegaremos a um consenso rápido, hoje ou amanhã, entre as pessoas que se intitulam historiadores, sobre quais são as decisões correctas. Todo o trabalho intelectual sério é uma actividade do presente, de um presente em perpétua evolução. Nenhum intelectual escapa às exigências do presente. Mas o presente é também a mais evanescente das realidades, visto que acaba num instante. Portanto, todo o trabalho sério é àcerca do passado e acredito firmemente que toda a ciência social devia ser escrita usando um tempo verbal pretérito. A história não pode reivindicar um direito especial ao passado, pois toda a ciência deve ser histórica, no sentido de saber que a realidade, em qualquer dado momento, é consequência daquilo que aconteceu em tempos anteriores, incluindo, é claro, todas as bifurcações radicais ocorridas.

Mas como o passado é infinito em pormenores está fora da capacidade potencial de quem quer que seja conseguir alguma vez abranger todo o passado. Fazemos selecções, na verdade, fazemos um conjunto de selecções em cascata. E temos como o melhor guia para as selecções que efectuamos o saber de que necessitamos para fazer opções históricas sensatas sobre o futuro. A primeira opção que temos de fazer é a da unidade de análise que utilizaremos para efectuar as nossas selecções. A minha própria preferência é muito clara. Penso que devemos fazer as nossas análises dentro do enquadramento daquilo a que chamo sistemas históricos, unidades da realidade de larga escala e longa duração e transformações sociais que possuam alguma qualidade sistémica, isto é, que tenham uma vida governada por um conjunto de processos que possamos analisar e que se mantêm juntas porque compreendem uma significativa e continuada decisão de trabalho. Todos estes sistemas são históricos na medida em que evoluem constantemente e são sistemas na medida em que mantêm alguns traços de continuidade. Isto significa, acima de tudo, duas coisas: estes sistemas históricos têm fronteiras espaciais, mesmo que estas mudem através dos tempos. E têm fronteiras temporais, isto é, têm começos, evoluções continuadas e crises terminais.

Acredito, por exemplo, que vivemos hoje num sistema mundial que declaro ser uma "economia mundial capitalista". Hoje, este sistema mundial cobre o globo terrestre. Quando teve a sua origem, há uns 500 anos, cobria um segmento relativamente pequeno do nosso globo. Por que discutimos Carlos V? Não posso falar pelos outros. Mas para mim, Carlos V é interessante porque simboliza uma opção fundamental feita na Europa Ocidental no século XVI. Muito no começo do sistema-mundial moderno, havia forças que procuravam consolidar a nascente economia-mundial capitalista e forças que procuravam transformá-la num império-mundial clássico. Esta tensão tem sido contínua dentro do sistema mundial moderno. Carlos V não foi bem sucedido na sua tentativa de criar este tipo de império-mundial. Se tivesse sido bem sucedido, não teríamos conhecido o mundo moderno tal como o temos

visto. Digo isto sem qualquer juízo de moral. Não tenho, de modo algum, a certeza de que o mundo esteja melhor devido ao fracasso de Carlos V. Faço-o notar simplesmente como um ponto de viragem de considerável importância.

A análise de Carlos V vem lembrar-nos a imprevisibilidade da opção histórica. Os sistemas em crise chegam a períodos e bifurcações caóticos. Fazem-se opções. Estas, uma vez feitas, resultam na constituição de novos sistemas, que depois adquirem uma vida própria, com os seus ritmos cíclicos e as suas tendências seculares. A um dado ponto da sua vida, quando as tendências seculares conduzem o sistema para longe do equilíbrio, os ritmos cíclicos já não são suficientes para manter o sistema a funcionar de forma razoável e o sistema entra em crise. Creio que é aqui que estamos hoje, no caso do sistema actual, embora não vá discutir o assunto neste momento³.

Os historiadores têm uma responsabilidade aumentada em tempos de crise sistémica. Para dizer a verdade, o que os historiadores fazem em tempos de funcionamento normal dos sistemas sociais históricos não tem grande importância. Podem legitimar o sistema, ou os regimes. Podem tentar criticá-los. O mais provável é que sejam largamente ignorados ou, seja como for, tomados em pouca conta, em favor das preferências de forças mais poderosas. Pede-se-lhes alguma objectividade, mas não muita. A sua capacidade de conseguir navegar bem no meio dos cardumes de exigências em competição é muito importante para eles próprios e para o seu amor-próprio, sem dúvida. E é importante, até certo ponto, para as autoridades políticas. Mas um historiador que avalie o papel dos historiadores não pode deixar de ser céptico acerca do papel que eles têm desempenhado historicamente.

Mas se, na verdade, estamos hoje numa crise sistémica, então a situação é bem diferente. Porque, por definição, um sistema em crise é muito diferente de um sistema que está a funcionar bem: neste último caso, as flutuações são relativamente pequenas e o esforço individual é limitado no seu efeito, ao passo que na situação anterior (situação de crise), as flutuações são grandes e, portanto, cada esforço individual tem grande impacto e determina, no final, qual o ramo da bifurcação que iremos tomar. Subitamente, o que os historiadores escrevem torna-se muito consequencial. Subitamente, as suas “verdades” afectam as decisões das pessoas. Subitamente, as tarefas científicas que são também tarefas políticas e morais assumem um papel dominante. Se agora compomos ou recompomos o passado, a história é, na verdade, um instrumento. *Cui bon...?*

Terminarei com uma declaração que Pierre Chaunu faz no “Avant-propos” do seu livro sobre Carlos V: “Esta *Espanha de Carlos V* talvez não seja totalmen-

³ Ver *Utopistics, or Historical Choices for the Twenty-first Century*, Nova Iorque, New Press, 1998.

te imparcial – mas o que é imparcialidade? – pelo menos procura compreender, explicar o passado pelo presente, o presente pelo passado, na solidariedade das gerações que trabalham sobre o património. Esforçamo-nos por ser coerentes. Não dissimulamos a nossa simpatia”⁴. Os historiadores deviam prestar atenção a este apelo a uma coerência que não esconde os seus valores e preferências. E os historiadores deviam assumir a tarefa de contribuir para a verdade dialógica.

⁴ Pierre Chaunu, *L'Espagne de Charles Quint*, 1..ª parte, Paris, S.E.D.E.S., 1973, p. 15.